



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta Exercício Findo em 31 de dezembro de 2013.

NOTA 1 - Contexto Operacional

A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 10 Secretarias Municipais, 06 Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Em função do Cálculo estatístico do Ibge, após o censo de 2010, que apontou queda da população, o Município terá seu coeficiente de repasse do FPM, Fundo de Participação dos Municípios rebaixado de 1.0, para 0.8, o que representa queda de 20% na arrecadação dessa Receita.

O Município também efetua o pagamento de despesas do Passivo Atuarial ao RPPS, Regime próprio de Previdência.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

NOTA 3 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG n.º 163 de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais ativas (aumentativas) e passivas (diminutivas).



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Ativo e Passivo

Superávit financeiro: o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 10.156.933,65 é composto pelas seguintes destinações legais, aqui denominados recursos vinculados:

Recurso Vinculado Código/Descrição	Disponibilidade	Obrigações/Con- signações	Superávit Financeiro
050-RPPS - fundo FAPS.	R\$ 8.612.652,11	R\$ 3.061,04	R\$ 8.609.591,07
01- Recurso Livre	R\$ 1.539.749,31	R\$ 742.028,06	R\$ 797.721,25
020- MDE	R\$ 116.474,92	R\$ 78.216,72	R\$ 38.258,20
031- FUNDEB	R\$ 73.325,82	R\$ 69.039,90	R\$ 4.285,92
040 – ASPS	R\$ 233.031,11	R\$ 137.671,11	R\$ 95.360,00
Demais vínculos	R\$ 1.474.109,80	R\$ 862.392,59	R\$ 611.717,21
Total	R\$ 12.049.343,07	R\$ 1.892.409,42	R\$ 10.156.933,65

Fonte: Relatórios entregues ao Tribunal de Contas do Estado, em especial o Relatório de Verificação – RVE e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativos ao encerramento do exercício de 2013, disponível em www.tce.rs.gov.br.

Dívida Ativa – Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia mais simples de cálculo sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Foram utilizados, então, os seguintes parâmetros, sendo a referida segregação registrada em 30/04/2011, representando o saldo inicial da dívida ativa do exercício de 2012.

Saldos da Dívida Ativa Tributária (Principal, Juros e Multas):

Arrecadado 2010	Arrecadado 2011	Arrecadado 2012	Média Anual	Dobro da Média
500.785,88	619.924,89	576.432,84	565.714,54	1.151.429,08

Saldos Dívida Ativa Não-Tributária (Principal, Juros e Multas):

Arrecadado 2010	Arrecadado 2011	Arrecadado 2012	Média Anual	Dobro da Média
5.741,84	29.632,53	17.080,96	17.485,11	34.970,22



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Dívida Ativa – Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III, baseada no (a) Histórico de Recebimentos Passados, cuja técnica é a seguir apresentada, em 4 passos:

Histórico de Recebimentos Passados

1º passo: constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais (considerando o principal, multas e juros) ao longo dos últimos três exercícios, demonstrados no quadro seguinte:

	2010	2011	2012
Saldo Inicial da conta Dívida Ativa (total)	5.330.809,92	5.761.041,33	5.567.753,05
Arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	506.527,72	651.388,44	445.269,30
% de recebimentos	9,50	11,31	8,00

(quadro indicativo para municípios com população inferior a 50 mil habitantes)

2º passo: calculou-se a média percentual de recebimentos, ou seja, o êxito médio na arrecadação, nos seguintes termos:

$$(9,50\% + 11,31\% + 8,00\%) / 3 = 9,60\%$$

3º passo: obteve-se o percentual de frustração, como segue: 100 – 9,60% (percentual obtido no 2º passo); 90,40%

4º passo: obtenção do montante recuperável:

1 – Saldo global da conta dívida ativa (tributária e não- tributária)	11.775.864,74
2 – Valores transferidos para o curto prazo	1.068.790,31
3 – Saldo remanescente (1 – 2)	10.707.074,43
4 – Índice da provisão	90,40
5 – Valor da provisão para perdas da dívida ativa (3 x 4)	9.678.982,49

O valor obtido no item 5 do 4º passo representa o saldo inicial da provisão para perdas em dívida ativa, demonstrado no Balanço Patrimonial.



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Mudanças na escrituração contábil

Devido ao fato da utilização do novo plano de contas aplicado ao setor público – PCASP ser obrigatória a partir do exercício de 2013, os registros contábeis, em 2013, foram realizados acerca do novo PCASP e, conseqüentemente, da adoção das novas práticas contábeis, evidenciados nas notas do exercício.

O cronograma de ações para o cumprimento das regras contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em atendimento à Portaria 828/2011, da STN, está disponível no site da Prefeitura (www.cacequi.rs.gov.br/), em que o cronograma está disponível).

NOTA 4 - Superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários

O superávit financeiro dos recursos vinculados indicados na “Nota 3 - Critérios na elaboração das demonstrações contábeis e informações complementares” foi utilizado na abertura de créditos adicionais dentro de seus limites disponíveis, conforme o seguinte demonstrativo: em 31/12/2013.

Recurso Vinculado Código/Descrição	Superávit Financeiro	Utilização em Créditos Suplementares	Utilização em Créditos Especiais	Relação Utilização em Créditos Adicio nais Superávit Fi nanceiro %
01 – livre	R\$ 596.223,58	R\$ 593.473,58	R\$ 2.750,00	100,00%
020- MDE	R\$ 25.749,04	R\$ 25.749,04	R\$ 0,00	100,00%
031- FUNDEB	R\$ 3.631,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	100,00%
040 – ASPS	R\$ 54.063,66	R\$ 54.063,66	R\$ 0,00	100,00%
050- FUNDO FAPS	R\$ 7.818.023,45	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	0,38%
Demais Vínculos	R\$ -77.724,07	R\$ 421.248,85	R\$ 83.711,34	100%
	R\$ 8.419.967,06	R\$ 1.094.535,13	R\$ 116.461,34	

Não houve reabertura de Créditos .

NOTA 5 – Depreciação, amortização e exaustão;

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2010, não foram depreciados, amortizados ou exauridos.

Os ativos imobilizados adquiridos até a presente data, somente serão submetidos à depreciação, amortização ou exaustão após a conclusão das seguintes etapas:

Inventário e Avaliação dos Bens até o encerramento de 2014.

Adequação do sistema informatizado.



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Relação de vida útil e valor residual em 2014.

NOTA 6 – Planos hierarquicamente interligados

Permitindo a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, evidenciam-se as seguintes diferenças relevantes:

Descrição da Meta	Previsão Financeira	Execução Financeira	% Exec / Prev
CONST. UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – REC. MINIST. SAÚDE E CONTRAP. DO MUNICÍPIO.	R\$ 211.520,00	R\$ 0,00	0,00
FNS-PROGRAMA .REQUALIF. DE UBS CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO	R\$ 719.550,00	R\$ 0,00	0,00
AQUIS. DE VEÍCULO P/MUNICÍPIO RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	0,00

Em relação às metas fiscais indicadas na Lei Municipal nº 3.477/2012, que trata das diretrizes orçamentárias, observou-se que a sua realização, em comparação com a respectiva programação, comportou-se da seguinte maneira:

RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas Correntes	29.919.302,41	31.343.697,80	104,76
(-) Rendimentos de Aplicações	1.027.099,72	619.532,80	60,31
(-) Deduções da Receita Corrente	3.712.860,17	4.935.252,50	132,92
1 (=) Receitas Primárias Correntes	25.179.342,52	25.788.912,50	102,42
Receitas de Capital	1.244.600,00	1.965.230,78	41,73
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos	60.000,00	82.812,11	100,00
2 (=) Receitas Primárias de Capital	1.184.600,00	1.882.418,67	115,72
3 Receitas Primárias Totais (1+2)	26.363.942,52	27.671.331,17	104,95
DESPESA	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	20.749.634,94	21.172.201,12	102,03
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	29.174,46	291,74
4 (=) Despesas Primárias Correntes	20.739.634,94	21.143.026,66	101,94
Despesas de Capital	3.099.343,73	2.861.999,16	92,34
(-) Concessão de Empréstimos	24.000,00	0,00	0,00
(-) Aquisição de Títulos de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	480.000,00	474.643,44	98,88
5 (=) Despesas Primárias de Capital	2.595.343,73	2.387.355,72	91,98
6 Despesas Primárias Líquidas (4+5)	23.334.978,67	23.530.382,38	100,83
7 Saldos de Exercícios Anteriores	-	1.210.996,47	
	23.334.978,67	24.741.378,85	106,02
8 Resultado Primário (3 – 6 + 7)	3.028.963,85	5.351.945,26	176,69



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA / RESULTADO NOMINAL

Especificação	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
I – Dívida Consolidada	6.065.911,87	5.601.065,03	92,33
(-) Ativo Disponível	4.216.838,97	3.983.768,72	94,47
(-) Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(+) Restos a Pagar Processados	1.958.682,59	878.505,07	44,85
II – Dívida Consolidada Líquida	3.807.755,49	2.495.801,38	65,54
III – Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00
IV – Passivos Reconhecidos	3.807.755,49	2.495.801,38	65,54
			Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	3.807.755,49	2.495.801,38	-1.311.954,11

Foram analisadas as metas previstas nas Leis Municipais números 3.228/2009, 3.477/2012 e 3.478/2012 que tratam, respectivamente, do planoplurianual, das diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. A avaliação do desempenho desses dados foram objeto das audiências públicas trimestrais, realizadas em 29/05/2013, 30/09/2013 e 27/02/2014 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, dando cumprimento ao art. 9, §4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Os Relatórios de avaliação das Metas Fiscais estão disponíveis no site da Prefeitura (www.cacequi.rs.gov.br/).

NOTA 7 - Ajustes decorrentes de erros e omissões

Não houveram valores contabilizados nas contas "Ajustes de Exercícios Anteriores"

NOTA 8 – Utilização subsidiária de normas nacionais e internacionais

Não se verificou ausência de norma contábil aplicada ao setor público.

Norma subsidiária:	
Assunto:	
Procedimentos aplicados:	
Impactos causados no Patrimônio:	



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

NOTA 9 - Ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve Ativos imobilizados e intangíveis obtidos a título gratuito.

NOTA 10 – Receitas e despesas intraorçamentárias.

As receitas intraorçamentárias totalizaram R\$ 2.105.947,66, e derivam do seguinte fato:

Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência-RPPS no valor de R\$ 1.437.010,88.

Contribuições Previd.Amortização do Déficit Atural do RPPS no valor de R\$ 668.936,78.

As despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 2.077.134,71 e derivam dos seguintes fatos:

Contribuição Patronal para o RPPS.

NOTA 11 – Demonstrativo dos créditos adicionais

O Balanço Orçamentário, no que tange ao detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário), assim como ao montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, e aos valores referentes a abertura de créditos adicionais, são evidenciados nos dois quadros seguintes.

Composição dos créditos adicionais

Composição dos créditos adicionais

Tipo de crédito	Total da despesa autorizada por tipo de crédito	Total da despesa executada (empenhada) por tipo de crédito	Execução / total de autorizações (%)
Inicial / Suplementar	R\$ 29.739.704,47	R\$ 24.912.311,97	83,76
Especial	R\$ 1.657.293,84	R\$ 2.196.301,42	132,52
Extraordinário	R\$ 0,00	0,00	0,00
Total	R\$ 31.396.998,31	R\$ 27.108.613,39	86,34



REFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Composição das transferências financeiras orçamentárias

Transferências financeiras recebidas		Transferências financeiras concedidas	
Montante	Origem	Montante	Destino
		R\$ 1.188.159,60	Repasse Câmara de Vereadores

NOTA 12 – Consolidação das demonstrações contábeis

Esta consolidação das demonstrações contábeis é composta pelos órgãos da Administração Direta, conforme evidenciado na NOTA 1 - Contexto Operacional, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

a) Não houve ajustes bem como não houveram eliminações decorrentes do processo de consolidação.

Carmen Beatriz Gonçalves Caurio
Téc.Contábil-CRC 062228.O2

Flavio Gilberto Dorneles Machado
Prefeito Municipal